

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 120** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Sempre que utilizadas, as siglas subseqüentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: BACEN = Banco Central do Brasil; FAT = Fundo de Amparo ao Trabalhador; LOA = lei orçamentária anual; LDO = lei de diretrizes orçamentárias; MTE = Ministério do Trabalho e Emprego; PIB = produto interno bruto; PPA = plano plurianual.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Trabalho escravo: longe de casa há muito mais de uma semana

1 O resgate de trabalhadores encontrados em situação
degradante é uma rotina nas ações do Grupo Especial Móvel
de Combate ao Trabalho Escravo, do MTE. Desde que
4 iniciou suas operações, em 1995, já são mais de 30 mil
libertações de trabalhadores submetidos a condições
desumanas de trabalho. “Chamou-me a atenção o caso de um
7 trabalhador que há 30 anos não via a família”, lembra
Cláudio Secchin, um dos oito coordenadores das operações
do Grupo Móvel. Natural de Currais Novos, no Rio Grande
10 do Norte, José Galdino da Silva — Copaíba, como gosta de
ser chamado — saiu de casa com 10 anos de idade para
trabalhar no Norte. Nunca estudou. Durante 40 anos, veio
13 passando de fazenda em fazenda, de pensão em pensão,
trabalhando com derrubada de mata e roça de pasto. Nunca
teve a carteira de trabalho assinada e perdeu a conta de
16 quantas vezes não recebeu pelo trabalho que fez. Copaíba
nunca se casou nem teve filhos. “Não conseguia dormir
direito por não conseguir juntar dinheiro sequer para retornar
19 à minha cidade e rever a família”, relatou. Quando uma
fazenda no município paraense de Piçarras foi fiscalizada em
junho deste ano, Copaíba foi localizado pelo Grupo Móvel,
22 resgatado e recebeu de indenização trabalhista mais de
R\$ 5 mil.

Revista Trabalho. Brasília: MTE, ago./set./out./2008, p. 40-2 (com adaptações).

Acerca dos aspectos estruturais e lingüísticos e dos sentidos do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 Empregam-se, no texto, alguns elementos estruturais da narrativa que, nesse caso, são fundamentais para a consolidação de sua natureza informativa e jornalística.
- 2 De acordo com as informações apresentadas no texto, Copaíba foi vítima do crime de trabalho infantil e não apenas do trabalho escravo.
- 3 A relação entre o título do texto e o seu conteúdo está baseada em referências espaciais e temporais que ligam o trabalho escravo à história de vida de Copaíba.
- 4 Infere-se do texto que as relações de trabalho análogas ao trabalho escravo no Brasil diminuíram muito a partir de 1995.
- 5 Com o emprego da locução verbal “veio passando” (ℓ.12-13) e a forma verbal “trabalhando” (ℓ.14), associadas ao conjunto do texto, reforça-se a idéia de que foi longo o tempo de exercício do trabalho escravo na vida de Copaíba.
- 6 O sinal indicativo de crase em ‘retornar à minha cidade’ (ℓ.18-19) é facultativo e a sua omissão preservaria os sentidos do texto e a correção das estruturas lingüísticas.

1 No Brasil, apesar da pressão do desemprego, que
tem atingido níveis altíssimos, a fiscalização do trabalho e a
4 justiça do trabalho estão empenhadas em uma luta para
preservar o direito do trabalhador ao emprego com registro,
tratando de coibir as formas atípicas de emprego,
especialmente a do trabalho cooperativado. As cooperativas
7 de trabalho são denunciadas como falsas, como pretensas
cooperativas, criadas unicamente para privar os
trabalhadores dos seus direitos legais. Apesar da ação
10 vigorosa de fiscais, procuradores e juizes do trabalho, o
número dos que gozam do direito ao emprego com registro
não cessa de diminuir. Na realidade, nem todas as
13 cooperativas de trabalho contratadas por firmas são falsas.
Um bom número delas são formadas por trabalhadores
desempregados, que disputam os seus antigos empregos
16 contra intermediadoras de mão-de-obra. Para eles, a perda
dos direitos já é um fato consumado e, se forem obrigados a
se empregar nas terceirizadas, possivelmente sofrerão, além
19 disso, acentuada perda de salário direto. Outras cooperativas
de trabalho são formadas por trabalhadores que estavam
assalariados por empresas intermediadoras e que preferiram
22 se organizar em cooperativa para se apoderar de parte do
ganho que aquelas empresas auferem a suas custas. Essas
considerações não pretendem indicar que a luta contra a
25 precarização é inútil, mas que ela carece de bases legais para
realmente coibir a perda incessante de direitos por cada vez
mais trabalhadores. O fulcro da questão é que ou garantimos
28 os direitos sociais a todos os trabalhadores, em todas as
posições na ocupação — assalariados, estatutários,
cooperantes, avulsos, terceirizados etc. — ou será cada vez
31 mais difícil garanti-los para uma minoria cada vez menor de
trabalhadores que hoje têm o *status* de empregados
regulares.

Paul Singer. *Em defesa dos direitos dos trabalhadores*. Brasília: MTE, Secretaria de Economia Solidária, 2004, p. 4 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e às estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens de 7 a 14.

- 7 Infere-se do texto que, na atualidade, os direitos sociais dos trabalhadores brasileiros podem se transformar em privilégio garantido a poucos.
- 8 De acordo com o texto, existem formas diversas de trabalho cooperativado no Brasil atual: as cooperativas falsas — criadas para privar os trabalhadores de seus direitos legais —, as que são criadas por trabalhadores desempregados e as formadas por trabalhadores que optaram pela forma do trabalho cooperativado.
- 9 A luta da fiscalização e da justiça do trabalho “para preservar o direito do trabalhador ao emprego com registro” (ℓ.3-4) é inócua, uma vez que as formas atípicas de trabalho não cessam de crescer.

- 10 Caso se inserisse uma vírgula logo após “trabalhadores” (ℓ.20) o sentido expresso no trecho seria preservado.
- 11 O trecho “Um bom número delas são formadas por trabalhadores desempregados” (ℓ.14-15) expressa a idéia de que cada cooperativa falsa é formada por um grande número de trabalhadores sem emprego.
- 12 A utilização do verbo na forma reflexiva em “se empregar” (ℓ.18) enfatiza, nesse contexto, o sentido de que os trabalhadores têm liberdade de optar por trabalhar em empresas terceirizadas ou não.
- 13 As alternativas expressas entre as linhas 27 e 30 complementam o sentido do sujeito da oração “O fulcro da questão é” (ℓ.27).
- 14 O acento na forma verbal “têm” (ℓ.32) justifica-se porque o autor do texto se refere a todos os trabalhadores brasileiros.

Declaração de ministros do trabalho do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) na Conferência Regional de Emprego

1 CONSIDERANDO:

(...) Que o desafio do MERCOSUL é colocar o emprego de qualidade no centro das estratégias de desenvolvimento, para construir instrumentos de intervenção relevantes para a inclusão social.

(...)

7 POR ISSO: OS MINISTROS DE TRABALHO, no marco da CONFERÊNCIA REGIONAL DE EMPREGO convocada pela Comissão Sociolaboral do MERCOSUL,

10 DECLARAM:

(...)

13 Art. 2.º Promover nos países-membros o desenvolvimento de políticas nacionais de emprego, orientadas prioritariamente em torno dos seguintes objetivos:

(...)

16 g) redução substancial das diferenças de gênero, promovendo a diminuição das disparidades existentes entre homens e mulheres no mundo do trabalho, e impulsionando a coordenação de políticas de igualdade de oportunidades e de combate a todas as formas de discriminação no emprego;

(...)

22 Art. 9.º Os Ministros do Trabalho do MERCOSUL elevam a presente Declaração ao Conselho Mercado Comum, para seu conhecimento e consideração.

25 Buenos Aires, 16 de abril de 2004.

ARGENTINA

Dr. CARLOS A. TOMADA

28 Ministro do Trabalho, Emprego e Seguridade Social

BRASIL

Dr. RICARDO BERZOINI

31 Ministro do Trabalho e Emprego

URUGUAI

Dr. SANTIAGO PEREZ DEL CASTILLO

34 Ministro do Trabalho e Seguridade Social

PARAGUAI

Dr. JUAN DARIO MONGES

37 Ministro da Justiça e Trabalho

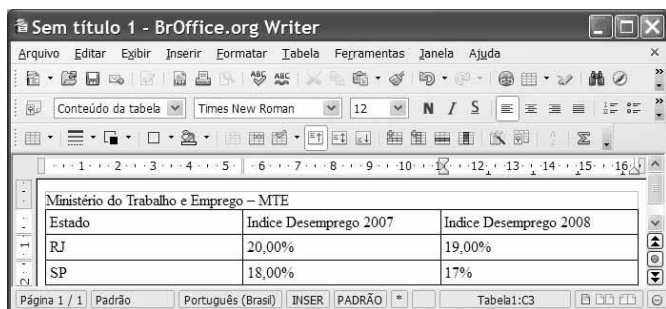
Na trilha de Salvador: a inclusão social pela via do trabalho decente. Brasília: MTE, Assessoria Internacional, 2004, p. 51-4 (com adaptações).

Quanto aos sentidos e aos aspectos estruturais e lingüísticos do texto acima, julgue os itens de 15 a 20.





- 15 O texto apresenta características formais que permitem classificá-lo como documento oficial.
- 16 É correto inferir que as propostas apresentadas nesse texto têm força de lei, o que implicou o seu cumprimento imediato no mundo concreto do trabalho nos países do MERCOSUL a partir de 16 de abril de 2004.
- 17 Os autores do texto consideram que o problema do desemprego é um desafio para o MERCOSUL porque eles partem do pressuposto de que as relações de trabalho de qualidade podem se desenvolver sem que sejam promovidas estratégias de inclusão social relevantes.
- 18 Infere-se do texto que, na Argentina, no Brasil, no Uruguai e no Paraguai, as relações entre homens e mulheres no mundo do trabalho ainda apresentam disparidades quanto à oportunidade de emprego.
- 19 O emprego das maiúsculas em “MERCOSUL” (ℓ.2), assim como em outras palavras do texto, contraria as normas abonadas pela ortografia oficial da língua portuguesa.
- 20 A substituição da palavra “Sociolaboral” (ℓ.9) pela expressão **do Trabalho Social** manteria o sentido do vocábulo e estaria gramaticalmente correta.

Com relação a conceitos de informática e modos de utilização de aplicativos de navegação e correio eletrônico, julgue os próximos itens.

- 21 O Internet Explorer permite trabalhar *offline*, navegando-se em páginas armazenadas na pasta Meus documentos.
- 22 O *firewall* é um sistema antivírus que inibe a infecção de novos tipos de vírus. Para ser eficiente, o *firewall* deve ser atualizado frequentemente.
- 23 O Outlook Express é mais utilizado que o MS Outlook, por possuir mais funcionalidades, como calendário e agenda de tarefas.
- 24 Quando comparado com o Windows, o Linux possibilita maior velocidade de processamento, por permitir o gerenciamento de discos com maiores capacidades de armazenamento de dados.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Writer, julgue os itens a seguir, acerca de conceitos do BOffice e do Office da Microsoft.

- 25 A ferramenta  permite localizar e substituir textos no documento em edição.
- 26 Os dados da tabela mostrada podem ser transportados tanto para o Excel quanto para o Calc, e usadas para se criar um gráfico de barras.
- 27 Para se centralizar o título da tabela mostrada, é suficiente selecioná-lo e clicar o botão .
- 28 Para se inserir a data e a hora atual no documento em edição, é suficiente clicar na linha que contém o título e, em seguida, clicar o botão .
- 29 A ferramenta  disponibiliza opções para otimizar a tabela, permitindo, por exemplo, definir a distribuição de colunas de maneira uniforme.
- 30 Para se inserir sublinhado duplo no título da tabela mostrada, é necessário selecioná-lo, clicar a opção *caracter* do menu **Formatar**, clicar a guia *Efeitos da fonte*, selecionar a opção *Duplo* no campo sublinhado e clicar **OK**.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Pedro, que nasceu em Portugal há 28 anos e reside de forma permanente em Brasília há dois anos, não requereu a cidadania brasileira. Ele é servidor público federal e requereu a incorporação de quintos na sua remuneração por meio de processo administrativo, cujo requerimento foi efetuado em 1.º/6/2002. O pedido foi deferido em 7/7/2002, com base em parecer técnico, quando Pedro passou a receber a referida parcela em sua remuneração, após publicação do ato no Diário Oficial da União. No entanto, em 1.º/7/2007, o TCU instaurou tomada de contas especial para apurar a validade do ato que impôs a referida incorporação, com base em relatório de auditoria que apurou irregularidade nessa incorporação. Em 10/10/2008, o TCU determinou, por meio de acórdão do qual não cabe mais recurso, a exclusão da remuneração de Pedro da referida parcela, bem como a restituição de tudo o que recebeu indevidamente a esse título e a apuração da responsabilidade administrativa do servidor que autorizou o citado pagamento.

Com base na situação hipotética acima apresentada, julgue os itens de 31 a 40.

- 31 O acórdão do TCU, por não mais comportar recurso administrativo, não poderá ser impugnado judicialmente.
- 32 No sistema de governo presidencialista, a chefia de Estado e a chefia de governo são atribuídas ao presidente da República. O provimento de cargo público de Pedro é uma atribuição constitucional do presidente da República que se consubstancia no exercício de uma atividade típica de chefe de governo.
- 33 Na hipótese apresentada, operou-se a decadência do direito de anular o ato administrativo que incorporou os quintos na remuneração de Pedro, já que se ultrapassou o prazo de 5 anos entre a data da concessão do benefício, 7/7/2002, e a data do acórdão do TCU, 10/10/2008, sem que tenha havido, na espécie, qualquer interrupção no prazo.
- 34 O acórdão do TCU deve ser anulado, caso Pedro não tenha sido intimado para se defender.
- 35 Pedro poderia ocupar o referido cargo público, desde que houvesse reciprocidade em favor dos brasileiros em Portugal.
- 36 Pedro poderia alistar-se como eleitor e concorrer a cargo eletivo como o de deputado federal, desde que houvesse reciprocidade em favor dos brasileiros em Portugal.
- 37 O TCU integra o Sistema de Correição do Poder Executivo de que trata o Decreto n.º 5.480/2005.
- 38 A restituição da quantia recebida indevidamente poderá ser feita de forma parcelada, independentemente do número de meses, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a 10% da remuneração de Pedro.
- 39 Está prescrita a pretensão punitiva da penalidade de demissão prevista para o servidor que autorizou o pagamento dos quintos.
- 40 Pedro, mesmo que preenchidos os demais requisitos legais, não poderia ocupar cargo público se estivesse em débito com a seguridade social.

Acerca dos direitos sociais e da ordem social, julgue os itens a seguir.

- 41 Caso uma clínica privada especializada em transplante de medula óssea pretenda estender os seus serviços para o atendimento à população carente, nesse caso, ainda que essa clínica integre o Sistema Único de Saúde, não poderá receber recursos públicos para auxílios ou subvenções se tiver fins lucrativos.
- 42 A assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 anos de idade em creches e pré-escolas é um direito social dos trabalhadores urbanos e rurais.
- 43 A criança e o adolescente têm direito à proteção especial, a qual abrangerá a vedação à admissão ao trabalho daquele que tiver menos de 16 anos de idade.
- 44 A promoção da integração ao mercado de trabalho é um objetivo da assistência social.

A sociedade de economia mista federal X, que tem por objeto a produção e comercialização de combustível e derivados do petróleo, tem uma subsidiária integral que foi criada para fornecer asfalto. Foi firmado convênio entre a citada estatal e certo estado-membro visando recuperar a malha rodoviária do estado, tendo sido acertado que a estatal iria fornecer uma certa quantidade de asfalto e o estado iria pavimentar as estradas com o seu próprio pessoal. Ocorre que, antes de se iniciar o serviço público de construção e reforma das estradas, o caminhão da referida sociedade de economia mista, que transportava o asfalto, colidiu com o carro de Maria, tendo derramado o produto, causando dano ao meio ambiente e a morte de Maria.

Com relação à situação hipotética acima descrita, julgue os itens subseqüentes, acerca da ordem social, da licitação e da responsabilidade civil do Estado.

- 45** O convênio de cooperação entre a sociedade de economia mista e o estado-membro foi irregular se firmado sem licitação.
- 46** Para que a sociedade de economia mista adquira o asfalto de sua subsidiária integral, há possibilidade de se dispensar a licitação, desde que o preço exigido seja compatível com o de mercado.
- 47** A sociedade de economia mista poderá ser responsabilizada penalmente pelo dano ambiental causado.
- 48** Pela morte de Maria, a responsabilidade civil da citada sociedade de economia mista será objetiva por força de preceito constitucional.
- 49** Caso uma empresa que já tenha fornecido asfalto para o citado estado-membro pretenda anular o contrato de programa firmado, ela mesma poderá, para tanto, ingressar com ação popular.
- 50** A empresa que fabrica asfalto não integra a administração pública indireta.

Considerando os preceitos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item que se segue.

- 51** As ordens de superiores hierárquicos devem ser sempre atendidas, sem questionamento, em respeito à hierarquia nas relações de trabalho.

Julgue os itens a seguir, acerca de trabalho em equipe.

- 52** Mesmo que todas as barreiras tenham sido ultrapassadas e o grupo seja muito coeso e homogêneo, ainda assim existe a possibilidade de esse grupo tornar-se resistente a mudanças e a opiniões discordantes.
- 53** No que se refere ao trabalho em equipe, é correto afirmar que quanto mais cooperativos forem os membros de um grupo, maior será a efetividade deste grupo.
- 54** As equipes são vantajosas porque rompem a rigidez hierárquica das empresas baseadas em departamentos, facilitam o processo de comunicação interna e reúnem pessoas com conhecimentos de várias áreas, aproximando-as.
- 55** O trabalho em equipe sempre gera maior produtividade, pois pessoas trabalhando em grupo são mais eficazes que indivíduos trabalhando isoladamente.

As diversas situações que se apresentam no atendimento ao público requerem do servidor, cada vez mais, múltiplas competências. Acerca desse assunto, julgue os itens subseqüentes.

- 56** O percentual de atendimentos completos no primeiro contato e o tempo gasto nesse atendimento são as principais medidas técnicas para avaliação da qualidade do atendimento ao público.
- 57** No atendimento ao público, o tratamento das informações baseia-se predominantemente no diagnóstico das exigências da situação apoiado nos critérios estabelecidos pela instituição, os quais orientam a tomada de decisão.
- 58** Em virtude da variabilidade de opções, um servidor efetivo que atende ao público deve atuar preponderantemente como executor de rotinas, o que implica identificar situações e seguir instruções.
- 59** No atendimento ao público, a omissão voluntária de informação ao cidadão que dela necessite constitui falta ética e comportamento negativo no relacionamento entre atendente e cidadão.
- 60** A atividade de atendimento ao público compreende, entre outras, ações rotineiras como as de solicitação, identificação, cotejamento, pesquisa, registro, emissão, orientação e arquivamento de informações, o que requer do atendente paciência, tolerância e presteza.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A teoria microeconômica estuda o processo de decisão dos agentes econômicos, incluindo-se, aí, consumidores e produtores. A esse respeito, julgue os itens a seguir.

- 61** O fato de a redução substancial dos preços dos computadores elevar a demanda por CDs/DVDs atesta que as curvas de indiferença entre esses bens caracterizam-se por apresentar taxas marginais de substituição decrescentes.
- 62** A inclinação negativa da curva de demanda requer que o efeito renda reforce o efeito substituição e, portanto, ambos devem ser negativos.
- 63** Os efeitos negativos sobre a oferta de crédito, decorrente da imposição de limites sobre as taxas de juros cobradas pelo cartão de crédito, serão tanto maiores quanto mais elástica em relação à taxa de juros for a oferta de crédito disponível no âmbito desses cartões.
- 64** O crescimento simultâneo da automação, dos salários e do emprego, em uma determinada indústria, colide com a existência de uma curva de demanda de trabalho negativamente inclinada.
- 65** Na indústria automobilística, o fato de que somente as grandes empresas conseguem utilizar de forma eficiente os robôs e equipamentos exigidos para a produção de veículos contribui para a oligopolização desse setor.
- 66** A lei dos rendimentos decrescentes é incompatível com o fato de, agregando-se trabalhadores adicionais ao processo produtivo, a produtividade marginal da mão-de-obra crescer a taxas crescentes.
- 67** Supondo-se que, em uma indústria competitiva, os preços dos insumos não se alterem quando essa indústria expande sua produção, é correto afirmar que a curva de oferta de longo prazo dessa indústria é perfeitamente elástica.
- 68** O fato de as companhias aéreas cobrarem mais barato pelas passagens reservadas com antecedência exemplifica a hipótese de discriminação de preço, já que é razoável supor que, nesse mercado, a demanda é mais preço-elástica, quando comparada com a daqueles que precisam viajar em cima da hora.
- 69** A adoção de estratégias de liderança de custos como forma de obter vantagens competitivas é particularmente apropriada nos mercados em que os compradores possuem poder de mercado e poucas possibilidades de diferenciação de produtos.
- 70** Em mercados nos quais as empresas têm poder de mercado, os preços e os lucros serão tanto maiores quanto maior for o grau de coordenação entre essas empresas, obtido mediante acordos tácitos, liderança de preços ou cartelização do mercado.

A teoria macroeconômica analisa o comportamento dos grandes agregados econômicos. Utilizando os conceitos básicos dessa teoria, julgue itens que se seguem.

- 71** A renda auferida pelos brasileiros que trabalham no Japão é contabilizada no PIB e na renda nacional bruta.
- 72** A decisão recente do Bancen de reduzir a alíquota dos depósitos compulsórios sobre os depósitos à vista contribui para elevar a oferta de moeda.
- 73** Se, em razão da recessão mundial, as famílias decidirem elevar seus depósitos de poupança para se precaverem das incertezas geradas pela crise, ocorrerá um aumento dos agregados monetários M2 e M3.
- 74** Supondo-se que, em resposta à deterioração das expectativas dos empresários, sumariadas pela redução substancial do índice de confiança do empresário na indústria em outubro de 2008, o governo brasileiro decida elevar a oferta monetária para manter a demanda agregada, então, a curva LM se deslocará para cima e para a direita, porém, a curva IS permanecerá inalterada.
- 75** Políticas fiscais expansionistas baseadas em redução de impostos elevam mais a demanda agregada do que aquelas que implicam aumentos equivalentes dos gastos públicos e esses aumentos serão maiores, quanto menores forem a propensão marginal a poupar da economia.
- 76** Considerando que as empresas exportadoras brasileiras dependam fortemente de linhas de crédito internacionais para viabilizar suas vendas externas, então a contração desse tipo de crédito desencadeada pela atual crise norte-americana desloca a curva de demanda agregada da economia brasileira para baixo e para a esquerda.
- 77** A forte redução do preço do petróleo nos mercados internacionais, ocorrida recentemente, desloca a curva de oferta agregada da economia brasileira para baixo, contribuindo, assim, para elevar a produção e reduzir a taxa de inflação.
- 78** Na visão keynesiana, a coexistência entre taxas elevadas de inflação e de desemprego, nas décadas de 80 e 90 do século passado, explica-se não somente pelas expectativas de altas dessas duas variáveis, mas também pela ausência, mesmo no curto prazo, de um *trade-off* entre inflação e desemprego.
- 79** No modelo clássico, aumentos da taxa de inflação geram excesso de demanda de trabalho, elevam o salário nominal e, conseqüentemente, os custos das empresas, porém, não alteram os níveis de longo prazo da produção e do emprego.
- 80** Aumentos nas taxas de juros que incidem sobre a dívida pública elevam as necessidades de financiamento do setor público (NFSP) no conceito nominal, porém, não alteram o resultado primário do setor público.

O estudo da economia do setor público é importante para a compreensão do papel do governo nas modernas economias de mercado. Acerca desse assunto, julgue os itens subseqüentes.

- 81** O controle de qualidade da gasolina realizado pelas autoridades competentes e a conseqüente punição dos postos autuados ilustram a ação do governo no intuito de corrigir falhas de mercado para melhorar a eficiência do mercado privado.
- 82** O financiamento público da pesquisa científica e das ações de saúde pública, voltados para o controle de epidemias, como as que envolvem a dengue e a cólera, justificam-se pelo fato de essas atividades constituírem bens públicos puros.
- 83** Impostos sobre a folha de pagamento, por incidirem sobre a renda do trabalho, pesam menos para os contribuintes que recebem rendas de juros, dividendos e aluguéis, e oneram, particularmente, os que vivem exclusivamente dos ganhos salariais, o que os classifica como tributos regressivos.
- 84** Entre 1995 e 2005, o crescimento da proporção do PIB dedicada aos gastos públicos na América Latina, ilustra a atividade crescente do Estado na economia e, portanto, colide com a existência da lei de Wagner.
- 85** Políticas explícitas de incentivo à indústria no âmbito da política industrial constituem uma forma de o governo exercer suas funções distributiva e estabilizadora, contribuindo, assim, não somente para expandir o PIB, mas também para reduzir as disparidades de renda no conjunto da economia.
- 86** Dívidas públicas elevadas exigem *deficit* fiscal menor para manter a razão dívida/PIB constante, garantindo, assim, a sustentabilidade da dívida pública.
- 87** Na classificação funcional, as despesas com os serviços da dívida externa enquadram-se na função encargos especiais, por não terem como contrapartida a geração de bens e serviços específicos.

As questões de economia internacional são cruciais à compreensão das economias de mercado, em um mundo globalizado. Com base nessa análise, julgue os itens de **88** a **91**.

- 88** A imposição de quotas à importação, embora não gere arrecadação de recursos fiscais, a exemplo das tarifas, cria uma quase-renda para os agentes econômicos que têm acesso às licenças de importação.
- 89** A possibilidade de que as preferências acordadas para os países-membros de determinado acordo comercial conduzam a desvios de comércio de empresas mais eficientes localizadas fora do bloco regional para aquelas cujos custos sejam mais elevados, mas que são beneficiadas pelo fato de se situarem nos países-membros, constitui um dos custos associados aos processos de integração regional.

90 Os problemas associados à volatilidade do capital internacional decorrente da globalização financeira atingem, principalmente, os investimentos externos diretos e praticamente não afetam o investimento de porta-fólio.

91 O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), administrado pela Organização Mundial do Comércio, constitui um exemplo de acordo multilateral de comércio.

No tocante à análise da economia brasileira contemporânea, incluindo-se os aspectos relativos ao seu desenvolvimento econômico e social, julgue os itens a seguir.

- 92** O Plano de Metas foi financiado pela expansão monetária, que não somente viabilizou os gastos públicos via inflação, mas também permitiu elevar crédito e, assim, financiar os investimentos privados.
- 93** A política de minidesvalorizações cambiais, adotada a partir de 1968, por elevar substancialmente o preço das importações, resultou nas fortes pressões inflacionárias, que caracterizaram o período do milagre econômico.
- 94** No âmbito do II PND, a expansão dos investimentos das empresas estatais teve como contrapartida a geração de *deficits* fiscais expressivos, combinada com uma forte elevação da carga tributária.
- 95** O confisco da liquidez, que constituiu a âncora do Plano Collor, reduziu drasticamente os meios de pagamentos tanto durante todo o período de vigência desse plano quanto durante a reforma financeira de 1991.
- 96** No período 2002-2004, o aumento das necessidades de financiamento do setor público deveu-se, particularmente, à expressiva redução do *superavit* primário do setor público, decorrente da política fiscal expansionista, adotada nesse período.
- 97** O fato de a diminuição da pobreza no Brasil ter sido mais acentuada durante o Plano Cruzado e o Plano Real vai ao encontro da idéia de que o crescimento econômico é um importante redutor da pobreza.
- 98** A regulamentação da concessão de serviços públicos para a iniciativa privada, as privatizações e a quebra do monopólio estatal em alguns setores da economia, que ocorreram no âmbito das reformas estruturais da década passada, constitui um exemplo típico da atuação do Estado brasileiro como condutor e financiador das atividades econômicas.
- 99** A forte expansão dos gastos públicos, entre 1991 e 2006, decorreu, principalmente, do expressivo crescimento das despesas previdenciárias.
- 100** Ao longo do período 1981-2002, a redução da pobreza se fez acompanhar de uma melhoria significativa da distribuição de renda, sumariada pela redução expressiva do coeficiente de Gini para a economia brasileira.

Sobre o orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 101** O orçamento-programa deve demonstrar em que e para que o governo gastará, especificando também quem será responsável pela execução de seus programas.
- 102** Embora a LOA seja aprovada a partir de um processo legislativo especial, que envolve apenas a Comissão Mista de Orçamentos e o plenário do Congresso Nacional, seus dispositivos podem revogar e ser revogados de acordo com as mesmas regras aplicáveis às demais leis ordinárias.
- 103** Os fundos que integram a LOA são exclusivamente de natureza contábil, e, como objetivam discriminar os créditos orçamentários de entidades públicas dotadas de autonomia financeira, não podem, portanto, ter personalidade jurídica própria.
- 104** O princípio orçamentário da unidade é obedecido, no âmbito federal, por intermédio da utilização da conta única do Tesouro Nacional.
- 105** Sabendo que, de acordo com a forma como o orçamento é elaborado e aprovado, há três tipos de orçamento — o legislativo, elaborado e aprovado apenas pelo Poder Legislativo; o executivo, em que a exclusividade da elaboração e aprovação é do Poder Executivo; e o misto, em que os dois poderes participam do processo orçamentário —, é correto afirmar que o Brasil já experimentou os três tipos de orçamento.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos instrumentos de planejamento previstos na Constituição Federal.

- 106** Se o PPA não for aprovado no prazo previsto pela legislação pertinente, os investimentos novos com prazo de execução superior a um ano não poderão ser iniciados enquanto essa aprovação não ocorrer, mesmo que tenham sido regularmente incluídos na lei orçamentária anual.
- 107** De acordo com a legislação atual, os programas listados no PPA devem conter, entre outras informações, as ações não integrantes do orçamento geral necessárias à consecução do seu objetivo.
- 108** O reconhecimento de passivos contingentes somente pode ser feito depois de regularmente previstos na LDO.
- 109** Os municípios com população abaixo de 50.000 habitantes estão dispensados de incluir em suas respectivas LDOs o anexo de riscos fiscais, mas continuam obrigados a apresentar o anexo de metas fiscais.
- 110** As despesas referentes a benefícios e assistência aos servidores do BACEN devem ser incluídas na LOA.

Com referência à Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens de **111** a **113**.

- 111** No estado em que haja tribunal de contas dos municípios, o limite de despesas de pessoal referente a esse tribunal deve integrar o limite correspondente ao Poder Legislativo estadual.

- 112** As receitas patrimoniais e o produto da venda de títulos da dívida pública, por constituírem receitas de capital, não integram o conceito de receita corrente líquida.
- 113** Se um ente da Federação tiver competência constitucional para instituir e arrecadar determinado tributo e, por qualquer motivo, deixar de fazê-lo, a omissão poderá ser punida com o bloqueio das transferências voluntárias dos demais entes.

Julgue os próximos itens, relativos às receitas e despesas públicas.

- 114** Embora a previsão do conjunto de receitas públicas seja um passo essencial para a elaboração da proposta de LOA, o trabalho de previsão individual de cada um dos ingressos não é considerado um dos estágios da receita.
- 115** O momento do fato gerador de uma despesa nem sempre coincide com o momento de sua liquidação, o que faz com que o reconhecimento da despesa orçamentária e a sua apropriação pelo enfoque patrimonial possam também não coincidir.

Quanto à estrutura regimental do MTE prevista nos Decretos n.ºs 5.063/2004 e 6.341/2008, julgue os itens a seguir.

- 116** Considere a seguinte situação hipotética.
Márcio é consultor jurídico do MTE há 2 anos. Integram a sua equipe de trabalho 8 advogados e 6 agentes administrativos. Em março de 2009, Márcio pretende fixar uma interpretação de determinada lei a ser uniformemente seguida pela sua equipe de trabalho nos pareceres da consultoria. Nessa situação, é correto afirmar que Márcio poderá fixar interpretação de determinada lei a ser seguida por sua equipe se não houver orientação normativa do advogado-geral da União.
- 117** O secretário-executivo do MTE tem o papel principal de gestor das políticas do órgão, cabendo-lhe submeter ao ministro de Estado o plano de ação global do MTE e a formulação e proposição de políticas para a democratização das relações de trabalho de maneira a fortalecer o diálogo entre governo, trabalhadores e empregadores.
- 118** Considere a seguinte situação hipotética.
Josmar reside em um município no interior de Minas Gerais e pretende constituir empresa de trabalho temporário na região. Jamir, advogado de Josmar, informou ao seu cliente que a concessão e o cancelamento de registro de empresas de trabalho temporário são da competência da Secretaria de Relações do Trabalho do MTE.
Nessa situação, Jamir deu a informação correta a seu cliente.
- 119** O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) é órgão de assistência direta e imediata do ministro do Trabalho e Emprego.
- 120** O Conselho Deliberativo do FAT é o órgão colegiado do MTE que tem, entre as suas competências, a de elaborar a proposta orçamentária do FAT.